



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

2021

Rua Des. Leão Neto do Carmo, 23 - Parque dos Poderes

Campo Grande/MS - CEP: 79037-100

Fone: (67) 2107-7000



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

EXERCICIO 2021	PERIODO Anual
EMISSAO 10/01/2022	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	70016 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO G.DO SUL
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	5.027.450,21	4.655.475,24	PASSIVO CIRCULANTE	4.159.166,42	6.349.532,62
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.378.687,40	1.716.661,54	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	3.888.883,54	6.198.619,16
Créditos a Curto Prazo	234.699,02	119.801,52	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	234.699,02	119.801,52	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	2.414.063,79	2.819.012,18	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	270.282,88	150.913,46
ATIVO NÃO CIRCULANTE	63.279.637,44	53.238.597,88	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	4.159.166,42	6.349.532,62
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-		2021	2020
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado	58.609.818,08	51.685.573,90	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	28.991.263,01	22.791.122,07	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	51.242.525,17	42.430.251,01	Demais Reservas	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-22.251.262,16	-19.639.128,94	Resultados Acumulados	64.147.921,23	51.544.540,50
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	8.002.783,15	-3.102.258,36
Bens Imóveis	29.618.555,07	28.894.451,83	Resultados de Exercícios Anteriores	51.544.540,50	54.445.368,52
Bens Imóveis	32.682.701,76	30.067.944,85	Ajustes de Exercícios Anteriores	4.600.597,58	201.430,34
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-3.064.146,69	-1.173.493,02	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	64.147.921,23	51.544.540,50
Intangível	4.669.819,36	1.553.023,98			
Softwares	4.669.819,36	1.553.023,98			
Softwares	6.696.749,40	3.018.599,38			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-2.026.930,04	-1.465.575,40			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 10/01/2022 PAGINA 2

SUBTÍTULO 70016 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO G.DO SUL

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	68.307.087,65	57.894.073,12	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	68.307.087,65	57.894.073,12

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	2.378.687,40	1.716.661,54	PASSIVO FINANCEIRO	6.824.306,79	8.302.163,65
ATIVO PERMANENTE	65.928.400,25	56.177.411,58	PASSIVO PERMANENTE	3.888.883,54	6.198.619,16
			SALDO PATRIMONIAL	57.593.897,32	43.393.290,31

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	24.929.185,77	15.718.984,44
Atos Potenciais Ativos	-	-	Atos Potenciais Passivos	24.929.185,77	15.718.984,44
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	-	-
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	24.929.185,77	15.718.984,44
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	24.929.185,77	15.718.984,44

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-4.015.467,44
Recursos Vinculados	-430.151,95
Seguridade Social (Exceto Previdência)	749,70
Previdência Social (RPPS)	-13.213,62
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	-417.688,03
TOTAL	-4.445.619,39



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70016 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO G.DO SUL
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
		2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	<i>Nota Explicativa 8</i>	143.746.453,56	137.949.035,54
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	39,55
Impostos		-	-
Taxas		-	39,55
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		4.260,00	5.406,25
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		4.260,00	5.406,25
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		3.111,41	1.148,44
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		3.111,41	1.148,44
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		133.083.036,77	135.835.898,11
Transferências Intragovernamentais		133.080.165,47	133.113.315,64
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		2.871,30	2.722.582,47
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		9.027.470,25	490.756,20
Reavaliação de Ativos		-	152.091,96
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		9.027.470,25	338.664,24
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		1.628.575,13	1.615.786,99
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	93.699,24
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 10/01/2022	PÁGINA 2
--------------------	----------

SUBTÍTULO	70016 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO G.DO SUL
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.628.575,13	1.522.087,75
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	135.743.670,41	141.051.293,90
<i>Nota Explicativa 9</i>		
Pessoal e Encargos	89.126.763,59	92.209.253,75
Remuneração a Pessoal	71.890.112,88	75.719.370,63
Encargos Patronais	12.992.892,00	12.427.310,28
Benefícios a Pessoal	4.082.999,00	4.062.572,84
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	160.759,71	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	18.896.197,47	18.969.343,80
Aposentadorias e Reformas	16.610.796,65	16.969.787,09
Pensões	2.237.420,56	1.995.271,59
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	47.980,26	4.285,12
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	25.584.121,96	26.785.257,55
Uso de Material de Consumo	1.730.922,08	3.828.099,25
Serviços	17.086.086,58	17.786.485,47
Depreciação, Amortização e Exaustão	6.767.113,30	5.170.672,83
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	3,61
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	3,61
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	1.876.308,55	2.487.120,32
Transferências Intragovernamentais	1.672.880,14	1.521.150,45
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	203.428,41	965.969,87
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	200.072,24	351.839,62
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	8.904,45	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	380,12	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	190.787,67	351.839,62



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	70016 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO G.DO SUL
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
Tributárias	26.626,94	31.690,75
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	344,48
Contribuições	26.626,94	31.346,27
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	33.579,66	216.784,50
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	33.579,66	216.784,50
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	8.002.783,15	-3.102.258,36

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2021	2020



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 21/03/2022 PAGINA 1

SUBTÍTULO 14112 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO G. DO SUL

ÓRGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 21/03/2022 PAGINA 2

SUBTÍTULO 14112 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO G. DO SUL

ÓRGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT			130.799.348,46	130.799.348,46
TOTAL			130.799.348,46	130.799.348,46
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		7.015.834,00	-	-7.015.834,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	7.015.834,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	124.212.703,00	128.879.027,00	127.949.838,46	123.622.559,56	123.622.455,96	929.188,54
Pessoal e Encargos Sociais	101.628.915,00	105.280.859,00	104.446.134,21	104.167.920,59	104.167.920,59	834.724,79
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	22.583.788,00	23.598.168,00	23.503.704,25	19.454.638,97	19.454.535,37	94.463,75
DESPESAS DE CAPITAL	500.000,00	2.849.510,00	2.849.510,00	2.819.365,13	2.819.365,13	-
Investimentos	500.000,00	2.849.510,00	2.849.510,00	2.819.365,13	2.819.365,13	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	124.712.703,00	131.728.537,00	130.799.348,46	126.441.924,69	126.441.821,09	929.188,54
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobilária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobilária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	124.712.703,00	131.728.537,00	130.799.348,46	126.441.924,69	126.441.821,09	929.188,54
TOTAL	124.712.703,00	131.728.537,00	130.799.348,46	126.441.924,69	126.441.821,09	929.188,54



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 21/03/2022 PAGINA 3

SUBTÍTULO 14112 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO G. DO SUL

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Nota Explicativa 10

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	382.964,64	3.463.076,35	2.435.253,31	2.435.253,31	542.308,76	868.478,92
Pessoal e Encargos Sociais	379.355,74	-	1.440,04	1.440,04	377.915,70	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.608,90	3.463.076,35	2.433.813,27	2.433.813,27	164.393,06	868.478,92
DESPESAS DE CAPITAL	13.744,06	2.116.547,65	2.099.413,50	2.099.413,50	19.541,48	11.336,73
Investimentos	13.744,06	2.116.547,65	2.099.413,50	2.099.413,50	19.541,48	11.336,73
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	396.708,70	5.579.624,00	4.534.666,81	4.534.666,81	561.850,24	879.815,65

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

Nota Explicativa 11

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 10/01/2022 PAGINA 1

SUBTÍTULO 70016 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO G.DO SUL

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	131.388.020,94	137.736.969,79
Ordinárias	-	-	Ordinárias	106.852.611,74	114.626.411,75
Vinculadas	-	-	Vinculadas	24.535.409,20	23.110.558,04
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	2.381.519,30	2.365.039,93
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Previdência Social (RPPS)	18.853.260,90	18.458.229,11
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	3.300.629,00	2.287.289,00
Transferências Financeiras Recebidas	133.080.165,47	133.113.315,64	Transferências Financeiras Concedidas	1.672.880,14	1.521.150,45
Resultantes da Execução Orçamentária	128.700.723,74	131.834.461,09	Resultantes da Execução Orçamentária	3.803,77	-
Sub-repasse Recebido	128.700.723,74	131.834.461,09	Repasse Concedido	3.803,77	-
Independentes da Execução Orçamentária	4.379.441,73	1.278.854,55	Independentes da Execução Orçamentária	1.669.076,37	1.521.150,45
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	4.336.655,73	1.278.137,32	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.669.076,37	1.521.150,45
Demais Transferências Recebidas	21.393,00	-	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	21.393,00	717,23	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	6.166.672,58	9.407.476,29	Pagamentos Extraorçamentários	5.523.911,11	3.325.354,50
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	103,60	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	2.341,48
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	4.357.423,87	7.754.245,16	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	5.366.622,95	3.262.817,08
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	182.854,74	39.098,67	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	63.588,92	60.195,94
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.626.290,37	1.614.132,46	Outros Pagamentos Extraorçamentários	93.699,24	-
Arrecadação de Outra Unidade	1.626.290,37	1.614.132,46	Demais Pagamentos	93.699,24	-
Saldo do Exercício Anterior	1.716.661,54	1.779.344,35	Saldo para o Exercício Seguinte	2.378.687,40	1.716.661,54
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.716.661,54	1.779.344,35	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.378.687,40	1.716.661,54
TOTAL	140.963.499,59	144.300.136,28	TOTAL	140.963.499,59	144.300.136,28



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 10/01/2022 PAGINA 1

SUBTÍTULO 70016 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO G.DO SUL

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.580.804,49	3.194.055,75
INGRESSOS	134.889.310,58	134.766.546,77
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	134.889.310,58	134.766.546,77
Ingressos Extraorçamentários	182.854,74	39.098,67
Transferências Financeiras Recebidas	133.080.165,47	133.113.315,64
Arrecadação de Outra Unidade	1.626.290,37	1.614.132,46
DESEMBOLSOS	-129.308.506,09	-131.572.491,02
Pessoal e Demais Despesas	-114.410.313,22	-117.640.661,38
Legislativo	-	-
Judiciário	-95.570.265,94	-98.675.602,70
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-18.840.047,28	-18.965.058,68
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 10/01/2022

PÁGINA 2

SUBTÍTULO 70016 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO G.DO SUL

ÓRGÃO SUPERIOR 14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2021	2020
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-13.068.024,57	-12.350.483,25
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-13.068.024,57	-12.350.483,25
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-1.830.168,30	-1.581.346,39
Dispêndios Extraorçamentários	-63.588,92	-60.195,94
Transferências Financeiras Concedidas	-1.672.880,14	-1.521.150,45
Demais Pagamentos	-93.699,24	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-4.918.778,63	-3.256.738,56
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-4.918.778,63	-3.256.738,56
Aquisição de Ativo Não Circulante	-2.042.835,41	-2.907.838,56
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-2.875.943,22	-348.900,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	662.025,86	-62.682,81
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.716.661,54	1.779.344,35
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.378.687,40	1.716.661,54

NOME DA ENTIDADE

As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas aqui apresentadas se referem ao **Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul – TRE/MS**

NATUREZA JURÍDICA E DOMICILIO DA ENTIDADE

O **Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul – TRE/MS**, é uma pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 03.883.929/0001-02, com sede na Rua Des. Leão Neto do Carmo nº 23, Parque dos Poderes, nesta Capital.

NATUREZA DAS OPERAÇÕES E ATIVIDADES DA ENTIDADE

A natureza das operações da Entidade é a prestação jurisdicional e as principais atividades é assegurar os meios que garantam à sociedade, no âmbito de sua jurisdição, a plena manifestação de sua vontade através do exercício do direito de votar e ser votado, a consolidação do sufrágio universal e o exercício da democracia.

LEGISLAÇÃO RELEVANTE QUE REGE AS OPERAÇÕES DA ENTIDADE E SUA JURISDIÇÃO

O **Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul – TRE/MS** é órgão integrante do Poder Judiciário Federal, conforme dicção do artigo 92 da Constituição Federal, cujas competências estão definidas nos artigos 29 e 30 do Código Eleitoral (Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965) e em seu Regimento Interno (Resolução nº 170/97, de 18 de dezembro de 1997) com jurisdição em todo o território do Estado de Mato Grosso do Sul.

UNIDADES GESTORAS A QUE SE REFEREM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do **Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul – TRE/MS** aqui apresentadas se referem às seguintes Unidades Gestoras:

- **070016** – Unidade Gestora Financeira do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul,
- **014112** – Unidade Orçamentária do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, e
- **070042** – Unidade de Auditoria Interna do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2021 do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul – TRE/MS.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

Declaro, portanto, que as demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.

Campo Grande, MS, 25 de março de 2022.

SÉRGIO ROBERTO DA SILVA

Analista Judiciário – Contabilidade

Matrícula 97040041

CRC MS 4597/0 - CONTADOR

CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8º Edição, Pág. 22).

As Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e contemplam os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

As Demonstrações Contábeis são compostas pelos Balanços Patrimonial, Orçamentário, Financeiro, pelas Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa. São complementadas pelas Notas Explicativas, cuja finalidade é facilitar a compreensão das informações pelos usuários.

A análise das Demonstrações Contábeis e conseqüentemente a elaboração das Notas Explicativas são realizadas pela Seção de Análise Contábil, unidade pertencente à Coordenadoria de Finanças e Contabilidade, integrante da Secretaria de Administração e Finanças. No tocante ao exercício 2021 vale destacar as informações que se seguirão.

O resultado patrimonial foi superavitário em R\$ 8 milhões. Além disso, houve acréscimo 4,4 milhões de ajustes de exercícios anteriores. Dessa forma, o patrimônio social passou de 51,5 para 64,1 milhões. Acréscimo nominal de 24% em relação a 2020.

O Ativo total cresceu 18% em relação a 2020, provocado especialmente no imobilizado, pela aquisição de bens móveis, incorporação de imóveis não registrados contabilmente e softwares.

Quanto ao Passivo, todas as despesas continuadas da competência dezembro/2021 foram pagas dentro do mês. Houve redução de R\$ 6,3 para 4,1 milhões, sendo o fator determinante para isso a variação provocada na rubrica férias pagar (apropriação pelo regime de competência) em virtude de que em 2021 foram regularizadas as férias reprimidas em 2020 por conta do regime excepcional da Covid-19 e pela realização do pleito eleitoral, que restringiu o período disponível para gozo de férias, assim como, pelo ajuste efetuado na rubrica em consonância com as orientações do Tribunal Superior Eleitoral.

Insta registrar que a Entidade não possui nenhum “**passivo contingente não reconhecido**”. O passivo contingente não reconhecido é definido como uma possível obrigação que resulta de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência ou não de evento futuro incerto não totalmente sob controle da entidade.

No tocante ao Orçamento Anual, destaca-se que a dotação, incluindo as provisões recebidas do TSE, foi da ordem de R\$ 132,4 milhões, dos quais R\$ 131,3 milhões foram empenhados, R\$ 127 foram liquidados e pagos, R\$ 4,3 milhões inscritos em restos a pagar e R\$ 1,1 milhão não foram utilizados.

As despesas orçamentárias (incluindo as provisões) totalizaram R\$ 131,7 milhões, dos quais 80% são de pessoal e encargos, 19% de despesas correntes: materiais de consumo, serviços de terceiros (água luz, telefone, locações, vigilância, manutenção predial, etc.) e 1% em investimentos.

Os recursos para custear as despesas são provenientes do Tesouro Nacional, não há arrecadação própria.

No tocante à execução financeira, foram despendidos cerca de R\$ 138,6 milhões, sendo R\$ 106,8 e R\$ 24,5 milhões em despesas ordinárias e vinculadas, respectivamente, R\$ 5 milhões de restos a pagar e R\$ 2,3 permaneceram em disponibilidade.

Feito estas considerações, passamos à apresentação das informações. Iniciamos pelo quadro de servidores que compõe a Seção de Análise Contábil, na sequência serão apresentadas as fundamentações legais, as técnicas e critérios adotados e as Notas Explicativas.

INFORMAÇÕES ACERCA DO SETOR DE CONTABILIDADE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

A Seção de Análise Contábil é uma unidade administrativa subordinada à Coordenadoria de Finanças e Contabilidade, vinculada à Secretaria de Administração e Finanças. As competências da Seção de Análise Contábil estão definidas no artigo 32, parágrafo 2º, incisos I a XXVI, da Resolução TRE/MS nº 471/2012 e alterações, que dispõe sobre o Regimento Interno da Secretaria desta Corte, disponível no endereço eletrônico <http://www.tre-ms.jus.br/legislacao/regimento-interno-da-secretaria-do-tre-ms/regimento-interno-da-secretaria-do-tre-ms>. Em síntese compete à unidade “acompanhar a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal”.

Para execução de suas atividades a Seção de Análise Contábil possui, além da Coordenadora, três servidores do quadro efetivo:

	<u>Natália Camillo de Lelles</u> , Coordenadora de Finanças e Contabilidade, Analista Judiciária, lotada na unidade em 01/03/1996.
	<u>Angelo Canhete Rodrigues</u> , Chefe da Seção de Análise Contábil, Analista Judiciário, especialidade Contabilidade, Contador CRC/MS 008162, lotado na unidade em 27/01/2017.
	<u>Irene José Cardoso</u> , Técnica Judiciária, Contadora CRC/MS 007015, lotada na unidade em 01/08/2006.
	<u>Renata de Almeida Magalhães</u> , Analista Judiciária, Contadora CRC/MS 007046, lotada na unidade em 03/12/2015.

NORMAS LEGAIS ADOTADAS NAS ATIVIDADES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir dos registros dos fatos contábeis ocorridos no exercício financeiro 2021, utilizando o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, os quais foram realizados de forma analítica tendo como suporte o contrato, a nota fiscal ou o recibo de prestação de serviços, em observância aos critérios e procedimentos estabelecidos nos atos normativos que regulam a matéria, em especial:

- Lei nº 4.320/1964;
- Lei Complementar 101/2000;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual;
- Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, do Conselho Federal de Contabilidade;
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
- Instruções de Procedimentos Contábeis (IPCs) da Secretaria do Tesouro Nacional, e
- Manual SIAFI.

Como Mudança de Critérios Contábeis verificadas na elaboração das demonstrações contábeis da entidade cita-se que a contabilização dos aumentos referentes à reavaliação de ativos passou a ser efetuada em contrapartida à conta contábil de Reserva de Reavaliação, constante no Patrimônio Líquido, conforme consta no Manual Siafi código 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável.

Insta-se observar que, em junho de 2021, a Secretaria do Tesouro Nacional atualizou a Macrofunção SIAFI de Reavaliação de Bens Móveis para se adequar às determinações do MCASP 8ª edição. Segundo o MCASP, para as contas de 2021 em diante, não cabe mais registrar reavaliações de bens móveis nas contas de resultado dos órgãos, mas antes serão registrados como reservas de reavaliação.

TÉCNICAS E CRITÉRIOS ADOTADOS NAS ATIVIDADES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS (POLÍTICAS CONTÁBEIS)

Os fatos de gestão foram registrados na contabilidade de acordo com o estabelecido na legislação vigente, bem como, pelas orientações contidas no manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As disponibilidades, os direitos, títulos de créditos e as obrigações são mensurados pelo valor original, em moeda nacional, evidenciadas no Balanço Patrimonial.

Nas transferências de ativos, o valor atribuído foi o valor contábil constante nos registros da entidade de origem.

Os estoques referem-se a materiais de consumo utilizados nas atividades do Tribunal, sendo adotado para avaliação e mensuração o método do custo histórico das aquisições.

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, foi mensurado ao valor de aquisição ou ao valor de produção e construção. Não houve a reavaliação de bens.

A metodologia de cálculo da depreciação dos bens móveis adotada foi a linear ou de quotas constantes aplicadas sobre o valor bruto contábil. Para um efetivo controle da existência física dos móveis, o almoxarifado adotou a técnica de manter um valor residual dos itens.

As taxas utilizadas variam em função da vida útil estimada do bem, sendo as mais representativas estão relacionadas abaixo:

- Equipamentos de processamento de dados
 - Vida útil estimada : 5 anos
 - Taxa percentual de depreciação: 20,00%
- Veículos de Tração Mecânica
 - Vida útil estimada : 15 anos
 - Taxa percentual de depreciação: 6,66%
- Aparelhos e equipamentos de comunicação
 - Vida útil estimada : 10 anos

- Taxa percentual de depreciação: 10,00%
- Mobiliários em geral
 - Vida útil estimada : 10 anos
 - Taxa percentual de depreciação: 10,00%

No tocante aos bens imóveis, as depreciações daqueles com registro no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, são realizadas pela Coordenação Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (UG 170999). Por sua vez, aqueles não registrados no SPIUnet (cujos valores não estão inclusos os terrenos) foram depreciados utilizando-se o método das cotas constantes, conforme planilha de cálculos apresentados no Relatório Preliminar de Auditoria.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

As Demonstrações Contábeis foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, por meio da transação “Consulta Demonstrações Contábeis – CONDEMCON”, na plataforma do SIAFI WEB, contemplam a execução dos orçamentos fiscal e da seguridade social, materializadas nas seguintes peças:

- Balanco Patrimonial
- Demonstração das Variações Patrimoniais
- Balanco Orçamentário
- Balanco Financeiro
- Demonstração dos Fluxos de Caixa

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul em 31 de dezembro de 2021. Demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final do período, permitindo ao usuário da informação conhecer a composição dos bens, direitos e obrigações, bem como, o patrimônio social do Órgão.

O Patrimônio Líquido é resultado da diferença entre o ativo total e o passivo. Em 2020 o Patrimônio Líquido era de R\$ 51,5 e passou para R\$ 64,1 milhões em 2021. Os detalhes desta majoração podem ser verificados na análise das Demonstrações das Variações Patrimoniais.

Nota Explicativa 1: Grupo de conta “Caixa e Equivalentes de caixa”

Este grupo de contas é composto por recursos financeiros originados do Limite de Saque com Vinculação de Pagamento do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e que poderão ser utilizados para pagamentos de despesas orçamentárias e extraorçamentárias e por depósitos de terceiros (cauções e depósitos judiciais).

A variação positiva de 43,23 no limite de saque, de 2020 para 2021, está associada ao montante da programação financeira recebida para pagamento de despesas no mês de dezembro

e a executada. Já os depósitos de Terceiros, passíveis de devolução aos depositantes, variaram 43,20% em virtude da inclusão de novos depósitos e das atualizações monetárias sobre os existentes.

Destaca-se que entre os valores de depósitos de terceiros está contida a quantia de R\$ 74.494,56, atualizado até dezembro/2021, que se refere à garantia contratual retida da prestadora de serviços e transferida para conta junto à Caixa Econômica Federal. Os eventos contábeis geraram uma variação ativa a reclassificar e consequentemente um desequilíbrio em 2020 que foi regularizado no exercício financeiro 2021.

Nota Explicativa 2: Grupo de conta “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo”

Valor do grupo de conta “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo é composto pelas seguintes contas por:

- **Adiantamentos de salários e ordenados:** Referem-se aos pagamentos a servidores que requereram a antecipação de salários em decorrência de férias. Estes valores serão regularizados quando do lançamento da folha de pagamento de janeiro/2022.
 - 2020: R\$ 64.610,04
 - 2021: R\$ 152.554,97
 - Variação 36,11%
- **Adiantamento suprimento de fundos:** destinado para despesas eventuais de pequeno vulto. Nesta rubrica já houve a devolução financeira dos recursos não utilizados pelo supridos, resta pendente a análise documental dos gastos realizados e, assim como em 2021, a baixa de responsabilidade do devedor ocorrerá em 2022.
 - 2020: R\$ 45.421,07
 - 2021: R\$ 71.148,54
 - Variação 56,64%
- **Crédito a Receber – Folha de Pagamento:** Os créditos desta rubrica, referem-se às gratificações natalinas pagas antecipadamente em janeiro e que não foram devolvidas pelos servidores, seja por motivo de perda de gratificação de função ou por remanejamento a outro Órgão. Do total, cerca de R\$ 9 mil deverão ser devolvidos em 2022, por meio de Guia de Recolhimento da União, cuja receita é direcionada ao Tesouro Nacional. O restante está sendo acompanhado pela Secretaria de Gestão de Pessoas e estão relacionados a servidores requisitados, devolvidos ao Órgão de origem.
 - 2020: R\$ 9.770,41
 - 2021: R\$ 10.995,51
 - Variação 11,53%

Nota Explicativa 3: Grupo de conta “Estoques”

Os estoques do TRE/MS são compostos por itens de materiais a serem consumidos nas atividades do Órgão. Houve variação negativa de cerca de 15% em relação a 2020.

- 2020: R\$ 2.819.012,18
- 2021: R\$ 2.414.063,79
- Variação -14,36%

A redução dos estoques de materiais de tecnologia da informação, ocorreu, predominantemente, pelo descarte de materiais obsoletos.

O acréscimo nas contas de materiais para manutenção de bens imóveis/installação e materiais elétrico e eletrônico deve-se ao fato das aquisições realizadas no final do exercício financeiro 2021.

Nota Explicativa 4: Grupo de conta “Imobilizado”

O Imobilizado, no valor líquido de R\$ 58.609.818,08 é composto por dois grupos: Bens Móveis e Bens Imóveis.

- Bens Móveis R\$ 51.242.525,17
- (-) Depreciação R\$ 22.251.262,16
- Bens Imóveis R\$ 32.682.701,76
- (-) Depreciação R\$ 3.064.146,69

No exercício financeiro 2021 os principais bens móveis adquiridos foram as urnas eletrônicas realizadas por meio de compras centralizadas pelo TSE e incorporadas ao patrimônio deste Regional.

Em imobiliários, houve, entre outras, aquisições de cadeiras giratórias e estantes de aço.

Foram adquiridos um veículo fiat Toro, uma empilhadeira industrial e uma empilhadeira patolada, todos registrados na rubrica Veículos.

Foram doados bens ociosos ou inservíveis, cerca de R\$ 1.600.000,00, a prefeituras, governo do estado e entidades sem fins lucrativos, sendo quase a metade em bens de informática. As doações tiveram por base o valor contábil líquido dos bens.

Depreciação de bens móveis

Depreciação pelo método linear ou de cotas constantes aplicadas sobre o valor da aquisição, sem registro de valor residual.

No tocante aos débitos nesta conta, foram efetuados cerca de R\$ 1.600.000,00, em virtude de doações a prefeituras, governo do estado e outras entidades sem fins lucrativos de bens classificados nesta conta. As doações sempre são realizadas levando-se em consideração o valor contábil líquido do bem.

Bens Imóveis Registrados no SPIUnet:

Atualmente estão registrados no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio de Uso Especial da União (SPIUnet), sob a gestão da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), o imóvel comercial (R\$ 44.469,10) e o edifício sede (R\$ 2.122.555,47) sobre os quais vem incidindo as depreciações, calculadas e apropriadas pela SPU. Não houve reavaliação.

Bens Imóveis Não Registrados no SPIUnet:

Estão registrados contabilmente pelo valor da construção, sem computar o valor do terreno. Está em trâmite, inclusive com convênio junto à Secretaria de Patrimônio da União, os procedimentos para reavaliação e registros no SPIUnet.

Foram incorporados valores de benfeitorias realizadas com recursos orçamentários de despesas correntes, no valor total de R\$ 1.926.930,05.

As benfeitorias em comento, em que pesem serem de exercícios anteriores, foram contabilizadas em contrapartida à conta de variações patrimoniais aumentativas, ante a ausência de situação ou evento disponível para a Unidade Gestora para registro na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

Foram realizados registros contábeis de Imóveis que, embora pertencentes ao Tribunal, não haviam registros sintéticos dos mesmos, consoante apurado no Relatório Preliminar de Auditoria.

Foram realizadas baixas de benfeitorias (R\$ 292.198,76) e instalações (R\$ 103.980,00), no valor de R\$ 396.178,76, existentes antes de o registro do bem no SPIUnet e de benfeitorias imobilizadas que poderiam ser executadas como despesas correntes, tendo como referência o Relatório Preliminar de Auditoria deste Regional.

As benfeitorias e os registros contábeis de Imóveis citados acima, tiveram como contrapartida conta de Ajuste de Exercícios Anteriores.

Ausência de Atualização/Reavaliações do valor monetário dos Bens Imóveis e a falta de desdobramento dos bens de uso especial em terrenos e edificações

A Auditoria Interna da Entidade emitiu Relatório Preliminar de Auditoria no qual apontou algumas distorções em contas contábeis que representam uma parcela substancial do referencial adotado nos trabalhos de auditoria, as distorções apontadas no Relatório Preliminar foram as seguintes:

- Ausência de atualização/reavaliação do valor monetário dos bens imóveis estimativamente avaliado em 27,1 milhões;
- Falta de desmembramento dos Ativos Imobilizados (bens de uso especial) em terrenos e edificações, e

No tocante à ausência de atualização/reavaliação do valor monetário dos bens imóveis e a falta de desdobramento dos bens de uso especial em terrenos e edificações é necessário informar que no mês de agosto de 2021 a Direção Geral do TRE/MS consultou oficialmente o Superintendente do Patrimônio da União em Mato Grosso do Sul (SEI 1072146 0000800-

18.2018.6.12.8000) solicitando que a cooperação da SPU nos trabalhos de atualização cadastral dos imóveis utilizados pelo TRE/MS; os trabalhos a serem executados seriam os seguintes:

- A avaliação dos imóveis de acordo com as exigências da Portaria Conjunta n.º 38/2020;
- O cadastramento dos imóveis constantes da listagem anexa no sistema SPIUNET;
- A elaboração de relatório simplificado apontando a adequação dos prédios às normas de acessibilidade e pendências verificadas.

Ainda no mês de agosto de 2021, a Superintendência do Patrimônio da União em Mato Grosso do Sul respondeu positivamente quanto à possibilidade de cooperação nos trabalhos de realização das avaliações solicitadas (SEI 1077268), dando-se, então, início aos referidos trabalhos. Segundo o cronograma de deslocamento sugerido pela SPU o primeiro deslocamento ocorreu no período de 20 a 24/09/2021 e o último (sétimo) ocorreu no período de 29/11 a 03/12/2021.

Em 11/03/2022 a Superintendência do Patrimônio da União em Mato Grosso do Sul encaminhou ao TRE/MS (SEI 1171649) uma lista preliminar com os valores das avaliações dos imóveis, justificou a demora na conclusão dos trabalhos em face do “*extenso processo administrativo*” e conclui informando que após a conclusão dos trabalhos procederia a incorporação dos imóveis no sistema SPIUnet.

Portanto, justifica-se a não correção das distorções mencionadas no Relatório Preliminar da Auditoria Interna pelo fato de que o trabalho de avaliação dos imóveis ainda não está concluído pela SPU, sendo certo que, tão logo seja concluído, prontamente a Administração procedera às devidas correções das distorções.

Estima-se que a reavaliação dos bens imóveis irá afetar o valor do Ativo, no entanto, não é possível, ainda, mensurar o seu impacto.

Depreciações Acumuladas Bens Imóveis:

As depreciações dos imóveis registrados no SPIUnet são realizadas pela Coordenação Geral de Contabilidade (UG 170999), tendo como fundamento planilha encaminhada pela SPU.

As depreciações nos imóveis não registrados no SPIUnet (exceto terrenos) foram contabilizadas utilizando o método de cotas constantes, conforme planilha apresentada no Relatório Preliminar de Auditoria, incluindo exercícios anteriores, totalizando R\$ 1.863,952,99. Neste quesito, a contrapartida foi uma variação patrimonial diminutiva em face da ausência de situação ou evento disponível da esta Unidade Gestoras, para registro em Ajustes de Exercícios Anteriores.

Nota Explicativa 5: Grupo de conta “Intangível”

No exercício financeiro foram adquiridas com vida útil definida, licenças de uso da solução de checkpoint no total de R\$ 1.945.062,14, e incorporados dois softwares adquiridos com recursos de despesas corrente: Um de ferramenta de gestão de vulnerabilidade, R\$ 747.206,80 e outro de solução para gestão e governança de urnas eletrônicas, R\$ 561,509,00.

Foram adquiridos, com vida útil indefinida um software de edição gráfica e vídeo, R\$ 4.372,08 e outro de proteção de máquina física/contêiner, R\$ 420.000,00.

Em 2019 foi realizado inventário dos softwares em funcionamento do TRE/MS, ocasião em que foram baixados itens em desuso, assim como, realizado registro sintético e analítico daqueles em funcionamento, e ainda as depreciações desde as datas de entrada em funcionamento até o final do exercício. Também houve adequações das classificações nas contas, conforme a validade das licenças (definida ou indefinida).

As amortizações mensais, totalizando R\$ 561.354,64, foram realizadas sobre os bens de vida útil definida.

AUSÊNCIA DE MENSURAÇÃO E RECONHECIMENTO DE SOFTWARES DESENVOLVIDOS INTERNAMENTE

A Auditoria Interna da Entidade emitiu Relatório Preliminar de Auditoria no qual apontou algumas distorções em contas contábeis que representam uma parcela substancial do referencial adotado nos trabalhos de auditoria, as distorções apontadas no Relatório Preliminar foram as seguintes:

- Ausência de mensuração e reconhecimento de softwares desenvolvidos internamente estimativamente avaliado em 1,9 milhões.

No tocante à ausência de mensuração e reconhecimento de softwares desenvolvidos internamente a Direção Geral do TRE/MS, tão logo tomou conhecimento da distorção, determinou o encaminhamento do caso à Secretaria de Tecnologia da Informação - STI para as providências necessárias a sua correção (SEI1174287).

Em resposta à determinação emanada da Direção Geral do TRE/MS a Secretaria de Tecnologia da Informação – STI informou o seguinte (SEI 1166873 0006782-08.2021.6.12.8000):

“Os softwares desenvolvidos pelo Tribunal até ano de 2021 não foram mensurados por não haver uma metodologia específica estabelecida para tal atividade.

No final do ano de 2021, a CODESC decidiu implantar a metodologia de “Análise de Pontos por Função” para mensuração dos softwares desenvolvidos pelo Tribunal, de acordo com o descrito no Relatório CITIS (documento 1141533), item 4.1, coluna “Execução”, do processo SEI nº 0004773-73.2021.6.12.8000.

A política de mensuração do custo de ativos de softwares, que trata a referida metodologia, encontra-se em fase de aprovação na Secretaria de Tecnologia da Informação, bem como sua abrangência.”

A titular da Secretaria de Tecnologia da Informação – STI, no dia 04/03/2022, asseverou ainda o seguinte (SEI 1177647 0003867-83.2021.6.12.8000):

“Como não havia prazo definido pela Administração para finalizar as ações, a unidade estabeleceu inicialmente o prazo até o final deste ano. Contudo, determinarei à unidade para ajustar o prazo para ser concluído

em 90 (noventa) dias, conforme determinação contida no Despacho 6975 (1176664).”

Estima-se que o reconhecimento desses softwares irá afetar o valor do Ativo, no entanto, não é possível, ainda, mensurar o seu impacto.

Portanto, justifica-se a não correção da distorção mencionada no Relatório Preliminar da Auditoria Interna pelo fato de que a política de mensuração do custo de ativos de softwares encontra-se em fase de aprovação na Secretaria de Tecnologia da Informação, sendo certo que, tão logo seja concluída, prontamente a Administração procedera às devidas correções das distorções.

Nota Explicativa 6: Grupo de conta “Passivo Circulante”

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais, referem-se integralmente às apropriações pelo regime de competência da rubrica férias e um terço das férias. As apropriações são feitas mensalmente tendo como referência o relatório extraído do Sistema de Folha de Pagamento. O decréscimo de cerca de 60% nesta rubrica está relacionada à regularização das férias reprimidas em 2020 em virtude do regime de excepcionalidade imposto pela pandemia e pelo adiamento do pleito 2020, de tal forma que vários servidores usufruíram de dois meses de férias no ano de 2021.

As Demais Obrigações a Curto Prazo estão divididas em depósitos judiciais e cauções, R\$ 270.179,28, que tem como contrapartida uma disponibilidade no ativo e R\$ 103,60 de restos a pagar processados, relativo à guia de ISS retido a ser recolhida ao município de Mundo Novo em 2022.

Destaca-se que as despesas continuadas (limpeza, vigilância, água, luz, telefone, etc.) relativas à competência dezembro, foram pagas dentro do mês de competência.

Nota Explicativa 7: Grupo de conta “Patrimônio Líquido”

Ajustes de Exercícios Anteriores

No exercício financeiro de 2020 o resultado desta conta foi positivo em face de créditos oriundos da regularização das depreciações acumuladas de bens imóveis registradas a maior em 2019 e regularizadas em 2020 (R\$ 223.353,43), deduzido de R\$ 21.923,34 relacionado ao ajuste da conta do Ativo “Demais Créditos” em virtude da devolução do valor por meio de Guia de Recolhimento ao da União, cuja receita foi destinada ao Tesouro Nacional, ou por desconto em folha de pagamento.

No exercício financeiro 2021 o resultado desta conta foi positivo em face dos de ajustes de valores realizados nas contas contábeis abaixo:

- R\$ 969.280,52 - Férias a pagar;
- R\$ 433.135,23 - Apropriação de materiais de consumo em estoque;
- R\$ 1.084.005,62 - Reconhecimento de imóveis;
- R\$ 2.611.786,28 - Correção do registro de reavaliação de urnas conforme orientações do TSE;
- R\$ 93.699,24 - Regularização de crédito de caução enviado à Caixa

Econômica Federal;

- R\$ 7.732,07 - Baixa de credores a receber cujas devoluções ocorreram por meio de GRU, e
- R\$ 396.178,76 - Baixas de bens do ativo, existentes antes de o registro do bem no SPIUnet e de benfeitorias imobilizadas que poderiam ser executadas como despesas correntes, tendo como referência o Relatório Preliminar de Auditoria deste Regional

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício (Lei nº 4.320/64, artigo 104).

O resultado patrimonial é obtido pela confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas e Variações Patrimoniais Diminutivas:

O resultado patrimonial do exercício financeiro foi superavitário em R\$ 8.002.783,15, sendo esta importância consignada no Balanço Patrimonial, na conta do Patrimônio Líquido, cujos resultados acumulados totalizam R\$ 64.147.921,23.

Nota Explicativa 8: Grupo de conta “Variações Patrimoniais Aumentativas”

Nas variações patrimoniais aumentativas destaca-se as transferências recebidas para a execução orçamentária, R\$ 133 milhões, provenientes do Tesouro Nacional e R\$ 9 milhões com incorporação de ativos, dos quais R\$ 6 milhões referem-se à urnas eletrônicas recebidas do TSE.

Outras variações aumentativas estão relacionadas à Multas Administrativas (código eleitoral e lei conexas), indenizações e restituições, de cerca de R\$ 1,6 milhões.

Nota Explicativa 9: Grupo de conta “Variações Patrimoniais Diminutivas”

Nas variações patrimoniais diminutivas, cerca de 80% estão relacionados aos gastos com pessoal (R\$ 89 milhões) e aposentadorias e pensões (R\$ 18,8 milhões). Neste quesito, estas despesas foram inferiores à 2020, especialmente em face das horas extraordinárias pagas em ano de pleito eleitoral.

Contribuíram nas variações patrimoniais diminutivas, que foram nominalmente inferiores à 2020, as seguintes despesas:

- R\$ 1,7 milhões em materiais de consumo (combustíveis, gêneros de alimentação, materiais de processamento de dados, etc),
- R\$ 219 mil em diárias, ,
- R\$ 677 mil serviços de terceiros pessoas físicas, (jardinagem, locações imóveis, apoio administrativo, etc),

- R\$ 16 milhões de serviços de terceiros pessoas jurídicas (energia elétrica, segurança, limpeza, copa, água, manutenção predial, seguros e outros),
- R\$ 6,7 milhões de depreciação e amortização.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, referente ao exercício de 2021, da Unidade Orçamentária 014112 – Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

No tocante às Receitas Orçamentárias, as multas previstas no Código Eleitoral e Leis conexas, assim como as multas aplicadas em contratos administrativos e demais receitas são recolhidas diretamente à conta do Tesouro Nacional, de tal forma que esta Unidade Jurisdicionada não possui receitas próprias.

Como consequência do subitem precedente, o resultado do Balanço Orçamentário é deficitário no montante das despesas empenhadas no exercício, correspondendo a R\$ 130.799.348,46.

Quanto à autorização para realização das despesas, a dotação inicial, de R\$ 124.712.703,00, recebeu créditos adicionais de R\$ 7.015.834,00, totalizando R\$ 131.728.537,00.

A diferença entre as despesas empenhadas R\$ 130.799.348,46 e as pagas no exercício financeiro R\$ 126.441.821,09 corresponde a R\$ 4.357.527,47, sendo que desse montante R\$ 4.357.423,87 foram inscritos em restos a pagar não processados e R\$ 103,60 em restos a pagar processados.

Neste contexto, confrontando o total da dotação autorizada (créditos iniciais + adicionais) com as despesas empenhadas constata-se, como resultado, a economia na realização das despesas no total de R\$ 929.188,54.

No tocante às despesas empenhadas e pagas no montante de R\$ 126.441.821,09 durante o exercício financeiro 2021 relacionamos a destinação dos recursos:

Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

• Pessoal ativos	R\$ 72.730.144,46	69,58%
• Aposentadorias	R\$ 16.588.787,59	15,87%
• Contrib. previdenciárias	R\$ 12.867.454,50	12,31%
• Pensões	R\$ 2.251.259,69	2,16%
• Contrib. Patr. Funpresp	R\$ 85.627,14	0,08%
• Total	R\$ 104.523.273,38	100,00%

Outras Despesas Correntes

• Materiais de consumo	R\$	761.239,44	3,87%
• Benefícios assistenciais	R\$	640.396,66	3,25%
• Diárias	R\$	200.603,90	1,02%
• Passagens	R\$	51.548,96	0,26%
• Serviços de Terceiros P.F.	R\$	674.985,32	3,43%
• Serviços de Terceiros P.J.	R\$	10.113.075,23	51,37%
• Serviços de TIC	R\$	3.655.240,82	18,57%
• Auxílio-alimentação	R\$	3.481.698,29	17,68%
• Demais despesas	R\$	109.066,34	0,55%
• Total	R\$	19.687.854,96	100,00%

O detalhamento mensal sobre a gestão orçamentária e financeira do exercício 2021 pode ser obtido nos relatórios publicados na página da Entidade na internet, em atendimento ao que determina a Resolução CNJ nº 102, de 15 de dezembro de 2009 - Anexo II - Demonstrativos Orçamentários – link <https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira>

Integram o Balanço Orçamentário os anexos 1 e 2. Ambos estão relacionados à execução dos restos a pagar, inscritos em anos anteriores, mas executados no exercício financeiro 2021.

Nota Explicativa 10: Anexo 1 “Demonstrativo de execução dos Restos a Pagar Não Processados”

O Anexo 1 do Balanço Patrimonial evidencia os seguintes valores de Restos a Pagar:

• RP de anos anteriores	R\$	396.708,70	
• RP inscritos em 2020	R\$	5.579.624,00	
• RP liquidados e pagos	R\$	4.534.666,81	66%
• RP cancelados	R\$	561.850,24	7%
• RP reinscrito em 2022	R\$	879.815,65	27%.

Nota Explicativa 11: Anexo II “Demonstrativo de execução dos Restos a Pagar Processados”

O Anexo II refere-se ao Demonstrativo de execução dos restos a pagar processados. No entanto, em 2020 não foram inscritos nenhum valor nesta modalidade a ser pago em 2021, de tal sorte que o demonstrativo está em branco.

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em

espécies provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte (Lei nº 4.320/64, artigo 103).

No TRE/MS as receitas orçamentárias são arrecadadas a favor do Tesouro Nacional. Dessa forma, os recursos financeiros destinados aos pagamentos dos compromissos assumidos pela Unidade Jurisdicionada provém integralmente do Tribunal Superior Eleitoral, por meio de sub-repasses e das transferências financeiras para pagamento dos restos a pagar.

O resultado financeiro é demonstrado pela diferença entre o somatório dos ingressos e os dispêndios. Em 2020 houve déficit financeiro 62.682,81, enquanto em 2021 houve superávit de R\$ 662.025,86.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

O Demonstrativo de Fluxo de Caixa apresenta as entradas e saídas de caixa distribuídas em fluxo Operacional, de Investimentos e de Financiamento, sendo elaborado pelo método direto.

Dessa forma, os valores relevantes apresentados neste demonstrativo foram comentados quando da análise do Balanço Financeiro, com a ressalva de que naquele demonstrativo as despesas orçamentárias foram extraídas das despesas empenhadas e neste das despesas pagas do Balanço Orçamentário.

O resultado da soma dos ingressos e dos desembolsos dos três fluxos (Operacional, Investimentos e Financiamento) corresponde à diferença entre o saldo de Caixas e Equivalentes a Caixa do exercício anterior (R\$ 1.716.661,54) e do atual (R\$ 2.378.687,40), no caso R\$ 662.025,86.

No tocante à Geração Líquida de Caixa, considerando que o TRE/MS não possui receitas próprias, seu resultado é influenciado pelos fluxos de pagamentos, principalmente pela programação financeira do mês de dezembro de cada ano, e as previsões de recebimentos (liquidação) dos bens e serviços.